

## **Participação social e protagonismo: possibilidades a partir das diretrizes curriculares para Educação Profissional e Técnica de Nível Médio**

Aline Neves Peres<sup>(1)</sup> e  
Paulo Henrique Rocha Aride<sup>(2)</sup>

Data de submissão: 20/5/2020. Data de aprovação: 10/8/2020.

**Resumo** – Este trabalho tem como temática a participação social e o protagonismo como possibilidade de desenvolvimento a partir da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio – EPTNM –, em que nosso objetivo foi identificar como esses elementos de emancipação podem estar vinculados com as propostas presentes nas diretrizes curriculares da EPTNM. Os principais autores que embasaram tal pesquisa foram Ciavatta (2014), Ramos (2008), Costa (2007) e Moura (2017). O tipo de pesquisa é bibliográfica, o que nos possibilitou explicar alguns contextos de surgimento de termos e a construção de sua representação, e a abordagem é dialética. Com a reflexão inicial foi possível verificar a possibilidade de desenvolver aspectos de participação e protagonismo frente aos sujeitos pertencentes à EPTNM. Entretanto, embora possua legalidade em sua viabilização, alguns entraves históricos são perpassados e postos ainda no atual cenário.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Técnica. Formação Humana Integral. Participação Social. Protagonismo.

### **Social participation and Protagonism: Possibilities as of Curriculum Guidelines for Technical-Professional Education Secondary School**

**Abstract** – The theme of this work is the social participation and protagonism as a possibility of development from Technical- Professional Education Secondary School – EPTNM. Our intention were to identify how these elements of emancipation can be associated with proposals in the curriculum guidelines from EPTNM. The main authors that supported this research were Ciavatta (2014), Ramos (2008), Costa (2007) and Moura (2017). This research is bibliographic which made it possible to explore some emergence contexts of terms and the construction of their representation and dialectical approach. With the initial reflection it was possible to verify the possibility of developing aspects of participation and protagonism to people that belonging to EPTNM. However, although it has legality in making it feasible, there are some historical challenges still placed in the current scenery.

**Keywords:** Professional and Technical Education. Integral Human Formation. Social Participation. Protagonism.

#### **Introdução**

O campo da educação é permeado por interesses históricos, no qual enquanto sujeitos participantes – educadores ou educandos – faz-se necessário identificarmos nosso contexto formativo e a qual conjuntura de ensino pertencemos, visando a uma prática com viés autônomo e com perspectivas de mudanças sociais.

A escolha do tema se deu com interesse em investigar a relação que os conceitos de participação social e protagonismo possam ter em comum com uma das bases da educação

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. [\\*alineneves1255@gmail.com](mailto:*alineneves1255@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8542-0682>.

<sup>2</sup> Professor Orientador do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. [\\*aride@ifam.edu.br](mailto:*aride@ifam.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9752-5003>.

profissional e tecnológica, bem como se vislumbram projetos com objetivos similares. Para nortear a pesquisa, foi delimitado como objetivo geral: identificar como a participação social e o protagonismo podem estar vinculados com as propostas presentes nas diretrizes curriculares da EPTNM.

De acordo com Saviani (1994), as mudanças no cenário produtivo propiciaram mudanças também das relações sociais e, por conseguinte, da função da escola. Ocorre a generalização da escola básica. No entanto, ainda dentro do processo produtivo, originaram-se outras necessidades que demandavam conhecimentos específicos, principalmente voltados para o aspecto de manejo e reparo do maquinário; nesse sentido, os cursos profissionalizantes surgem com uma educação específica para atender esse mercado. Ocorre o que o autor denomina de bifurcação do sistema de ensino.

Ramos (2008), ao abordar o ponto de vista histórico, explana acerca da dualidade existente na esfera educacional como sendo paralela à dualidade de luta de classes no capitalismo. Isto ocorre porque a perspectiva de educação no sentido omnilateral busca o desenvolvimento de cidadãos atuantes e questionadores, indo de encontro à perspectiva do sistema capitalista que, para garantir sua hegemonia, visa à educação no sentido de reprodução de mão de obra.

Temos aqui a compreensão que, de modo histórico, a educação com a perspectiva de formação humana integral – uma das bases da educação profissional e tecnológica – surge em meio ao antagonismo da sociedade capitalista.

Portanto, muito embora tenhamos respaldos legais para avanço no processo educativo com ampla formação, devemos atentar que se trata de um projeto em constante disputa em sua efetivação – concepção de ensino médio integrado, politécnico e omnilateral são expressões de uma educação comprometida com a classe trabalhadora.

Para tanto, ao tratarmos das propostas em Educação Profissional e Técnica de Nível Médio (EPTNM) devemos compreender que se trata de um processo permeado por relações de disputa no qual de um lado o intentam com o objetivo de educar para o mercado e reproduzir paradigmas históricos e, por outro, com a busca por uma formação humana com componentes de aprendizagens integradores e intenção de mudanças. E é nesta última intenção que iremos tomar por base para articulação das discussões no presente texto.

## **Materiais e métodos**

Por meio de pesquisa bibliográfica, realizamos revisão de literatura e reunimos algumas discussões mediante artigos, teses, livros que atribuísem diferentes olhares para o mesmo tema. Fizemos um levantamento de trabalhos anteriores para fichamento das principais abordagens conceituais que envolvem nosso tema. “O fichário de documentação bibliográfica constitui um acervo de informações sobre livros, artigos e demais trabalhos que existem sobre determinados assuntos, dentro de uma área do saber [...]”. (SEVERINO, 2000, p. 39)

Mediante essa revisão inicial e compreendendo as dimensões dos conceitos, passamos a fazer uma análise no documento que trata das Diretrizes Curriculares para Educação Profissional e Técnica de Nível Médio. Buscamos nesse documento os aspectos relacionados ao termos protagonismo e participação social, a forma como estão apresentados e como podem ser relacionados. Nossa pesquisa também trouxe estudos sobre uma das bases conceituais que sustenta a EPTNM e que se faz necessário explaná-la para melhor compreensão das diretrizes.

Por meio do método dialético fizemos análise das discussões sob uma perspectiva de identificar o contexto em que eram situados, as influências históricas e modificações, conforme destaca Prodanov, 2013, p. 35: “Nesse tipo de método, para conhecer determinado fenômeno ou objeto, o pesquisador precisa estudá-lo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança”.

## **Participação Social e Protagonismo: abrangência de conceitos**

A proposta de nossa discussão consiste em vislumbrar de que forma participação social e protagonismo podem ser visualizados na proposta curricular que norteia a EPTNM. Para tanto, cabe conhecermos primeiramente do que tratam esses conceitos.

Em linhas gerais, ao falarmos de participação, devemos considerar historicamente a forma de seu desencadeamento. No aspecto social, temos no cenário brasileiro um longo processo e diferentes manifestações da participação, bem como a ampliação de sua forma de desenvolvimento e diversas conquistas por meio dessa.

Carrano (2012), em seu estudo, traz os conceitos de participação quanto aos sentidos em sua impactação, forte ou fraco. No sentido forte, diz respeito às formas de engajamento que refletem em decisões com alcance na vida dos envolvidos. A forma fraca manifesta uma participação frágil que influencia e mascara muitas vezes uma sondagem de opinião. Nesse sentido, a participação na sociedade não ocorre de modo igualitário e nem se estabelece sem interesses distintos. O ato de participar em si não garante força na sua amplitude, o que necessita ser medido é como e até onde esse processo pode interferir.

Alencar (2010) traz uma reflexão da amplitude do conceito de participação social, que é compreendida em sua práxis social. Apresenta o estudo que traz a distinção da participação social do caráter associativo, e sim relacionada a um caráter macro. A participação em seu sentido associativista apresenta limitação por reivindicações imediatas, necessitando de sua amplitude em nível macro – almejando mudanças em paradigmas –, alcançando a participação social. Na reflexão da autora, envolve ação local, mas com ampla perspectiva de alcance, reconhecendo o ambiente a que pertencemos, as relações neles implicadas e exercendo uma visão crítica.

Se enquanto práxis social traz uma questão da postura diante de situações e pensa numa amplitude de alcance, há também a perspectiva de inclusão/exclusão com diferentes interesses:

A participação social deriva de uma concepção de cidadania ativa. A cidadania define os que pertencem (inclusão) e os que não se integram à comunidade política (exclusão); logo, a participação se desenvolve em esferas sempre marcadas também por relações de conflito e pode comportar manipulação. (MILANI, 2008, p. 560)

A participação entendida no sentido relacional faz parte das interações no meio social; sua apresentação ocorre de maneira distinta conforme contexto histórico e social. Grupos com interesses distintos, de modo maior ou menor em sua organização, buscam atendimento de suas demandas e nos processos de tomada de decisão.

O conceito de participação assumiu ao longo da história sentido democrático passando quase mesmo a ser sinônimo de democracia. Contudo, não devemos esquecer as diferentes estratégias aristocráticas e autoritárias utilizadas pelos donos do poder de diferentes épocas, lugares e instituições para mitigar o espectro da participação. (CARRANO, 2012, p. 86)

Ao falarmos em protagonismo, faz-se necessário entendermos que se refere a uma temática que conta com uma discussão em construção e com ampla abrangência de seu significado. Algumas abordagens acerca desse conceito o indicam fazendo associação de sua representação a um determinado segmento/grupo – jovens, estudantes, trabalhadores –, e existem alguns apontamentos ainda que o explicam a partir de outras nomenclaturas existentes que, em determinados momentos, são atribuídas como sinônimos.

Segundo Moura (2017), a palavra protagonismo vem do grego e era usada na linguagem teatral como aquele ator com principal função da cena na peça (sendo o segundo ator: deuteragonista; e o terceiro ator: tritagonista). Apesar de o significado ainda estar em discussão, os grupos foram adotando esse termo para explicar novos perfis e relações. Refere-se a engajamento, mudanças de território (não somente de grupo ou classe).

O autor distingue o termo protagonismo de outros utilizados em associação: militância e líder. O termo militância vem do latim *militare* e, embora de raiz militar, foi apropriado pela igreja como missão do leigo (distinguindo da missão do religioso, ou seja, o missionário) em evangelizar a juventude de operários católicos. Devido a seu contexto de surgimento é associado a um movimento sindical ou social. Já a palavra líder vem da língua inglesa e foi aportuguesada: aquele que chefia, conduz ou representa grupo ou conjunto de ideias. Passou a ser apropriada por empresas e movimentos.

Diferente da militância, que traz em sua essência o local onde vive, o termo líder traz ideia de equipe. Em sua abordagem, Moura (2017) destaca que a função do líder recebeu muita valorização ao longo da história, criando uma dependência dos que ocupavam essa função e se enfraqueceu a questão da autonomia.

Como principais características são apresentadas as questões dos papéis, objetivos e campo de atuação: todos são atores atuantes em papéis diversos, e não objetos da ação do protagonista. O campo de atuação é o território (não se pensa em um único segmento, e sim em vários na sua unidade e diversidade). Não atuam para os demais, e sim em conjunto com eles. Tem autodeterminação do líder e militante, mas trabalham a partir das potencialidades das pessoas, estimulando a capacidade de caminharem com “as suas próprias pernas”. Foco na resolução dos problemas (foco na investigação); estímulo a visão holística (compreensão de totalidade).

Nesse sentido, Ferretti, Tartuce e Zibas (2004) destacam a respeito da revisão bibliográfica do termo que o “protagonismo dos jovens/alunos” é um conceito passível de diferentes interpretações e que estão ligados a outros conceitos como participação, responsabilidade social, identidade, autonomia e cidadania. A própria bibliografia muitas vezes usa o conceito de participação referindo-se a protagonismo e vice-versa.

Ao se voltar à etimologia do termo “protagonismo”, verifica-se que *protagnistés* significava o ator principal do teatro grego, ou aquele que ocupava o lugar principal em um acontecimento. Algumas restrições ao termo têm por base tal origem semântica, havendo aqueles que preferem usar “participação”, para assegurar uma abordagem mais democrática da ação social, sem colocar em destaque o protagonista singular. (FERRETTI, TARTUCE E ZIBAS, 2004, p. 414)

Dentro da discussão de protagonismo, destacamos Costa (2007) com grandes contribuições em produções que, além de conceitos, identifica a temática como uma alternativa metodológica direcionada ao segmento juvenil.

Proto quer dizer o primeiro, o principal. Agon significa luta. Agonista, lutador. Protagonista, literalmente, quer dizer o lutador principal. No teatro, o termo passou a designar os atores que conduzem a trama, os principais atores. [...] No nosso caso, ou seja, no campo da educação, o termo protagonismo juvenil designa a atuação dos jovens como personagem principal de uma iniciativa, atividade ou projeto voltado para a solução de problemas reais. O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla. (COSTA, 2007, p. 10)

Verificamos a reflexão sobre a participação construtiva com alcance na vida escolar e social. Todavia, essa forma de participação só poderá ser considerada autêntica dependendo da forma como é implementada, uma vez que participação sem democracia é, na verdade, manipulação.

O Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. (COSTA, 2007, p. 10)

Cabe nesse sentido autenticidade no processo participativo, permitindo ganho de autonomia, autoconfiança e autodeterminação. Espaços para reflexões condizentes com sua

realidade, com vistas a ações interventivas. A sociedade será beneficiada com novos sujeitos capazes de atuar frente às diversas problemáticas que se fazem presentes.

A questão de ser sujeito protagonista e buscar participação no contexto educacional fornece subsídios para atuação social, todavia, dependerá de fatores externos e internos, além de envolver não só os alunos, mas toda a comunidade escolar atuante (professores, gestores, etc.). Utilizamos também o termo social por ir além da escola como *locus* e exercer papéis na sociedade. Portanto, uma formação para cidadania com sujeitos autônomos na construção de sua história.

Antes de indicarmos quais possibilidades de identificar direcionamentos para uma perspectiva de protagonismo e participação social, faremos uma breve explanação do que tratam as diretrizes curriculares e a qual compromisso estão voltadas.

### **Educação Profissional e Técnica de Nível Médio: compromissos norteadores**

Ao trabalharmos a questão da Educação Profissional e Tecnológica, devemos compreender seu respaldo legal, onde temos na Lei de Diretrizes de Bases da Educação – LDB –, em seu art.39, consta a definição e abrangência da EPT:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 1996)

Nossa proposta consiste em explanar as discussões voltadas para o contexto do nível médio; portanto, a delimitação versará sobre as diretrizes curriculares que tratam dessa modalidade de ensino dentro da EPT.

As diretrizes curriculares são expressas a partir da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, e abordam a forma organizativa, bem como os critérios dos quais as instituições deverão se apropriar enquanto ofertantes dessa modalidade de ensino. Dentre alguns aspectos, perpassam: finalidade, itinerários formativos, organização e planejamento, princípios norteadores, composição curricular, avaliação e formação docente.

Art.3º [...]

§ 2º Os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas as normas do respectivo sistema de ensino para a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. (BRASIL, 2012, p. 1)

Pode-se elencar acerca das modalidades presentes que abrangem: os cursos técnicos de nível médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com alcance nas dimensões do trabalho, tecnologia, ciência e cultura. Os cursos deverão possibilitar caminhos para formação flexível e diversificada com vistas ao interesse dos sujeitos e possibilidades da instituição, além de proporcionar formação com saberes e competências para o exercício profissional e da cidadania.

Art. 4º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, articula-se com o Ensino Médio e suas diferentes modalidades,

incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e com as dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura. (BRASIL, 2012, p. 2)

Os currículos deverão integrar núcleo politécnico comum a cada eixo tecnológico a que o curso pertença, composto por conhecimentos nas áreas de linguagem, matemática, ciências da natureza, e também aos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais, entendidos como bases estruturantes da constituição de produção e tecnologias. Deverão ser pautados em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica, consonantes com políticas públicas indutoras e arranjos socioprodutivos e culturais locais.

Art. 13 A estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, orientada pela concepção de eixo tecnológico, implica considerar:

I - a matriz tecnológica, contemplando métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas aos cursos;

II - o núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social;

[...]

IV - a pertinência, a coerência, a coesão e a consistência de conteúdos, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas; V - a atualização permanente dos cursos e currículos, estruturados em ampla base de dados, pesquisas e outras fontes de informação pertinentes. (BRASIL, 2012, p. 4)

Dessa maneira, entende-se que os cursos devem atender demandas do mundo do trabalho e do próprio cidadão assumindo compromisso com o estudante e a sociedade em geral. A organização curricular deverá pautar-se ainda para o desenvolvimento de novas competências e vivências em diferentes situações práticas de estudo e de trabalho.

A educação profissional e tecnológica deve permitir formação para além de uma ocupação no mercado. Ao considerar o trabalho enquanto princípio educativo, deve entender o homem enquanto produtor de sua realidade e, portanto, aquele capaz de alocar meios para mudanças em sua realidade – dono de sua história.

Portanto, a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas. (PACHECO, 2012, p. 67)

Conforme aborda Ciavatta (2014), a formação integrada traz um viés histórico de perspectiva de superação do dualismo estrutural da sociedade e da educação no cenário brasileiro: classes e trabalho manual/intelectual. Para que ocorra uma educação que contemple formação humana integral, não se trata somente de integrar a educação profissional ao ensino médio, porém, essa junção é necessária dado o contexto econômico da realidade brasileira.

Existe a demanda que ocorra formação profissional, entretanto, o princípio integrador visa formar a partir de bases que permeiam a vida do indivíduo, que se pautam no trabalho, na ciência e na cultura e que permitam novas possibilidades de seu desenvolvimento dentro da sociedade.

Pacheco (2012), em suas discussões, explana acerca do currículo integrado dentro dessa perspectiva com vistas à formação plena do educando: construções para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo de construção do conhecimento. Educação com base na formação humana integral deve tratar a totalidade, e unir educação geral com profissional – superar a visão de que executar e planejar devem estar separados. A totalidade representa as múltiplas relações existentes. Nesse processo, o conhecimento é entendido como uma apreensão dessas relações constitutivas da realidade.

Ramos (2008) destaca que o sentido de integração deve ser pensado não apenas na junção de técnicas distintas, mas sim no ensino a partir da compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna e orientar para múltiplas escolhas. Os sentidos devem ser pensados como possibilidade dessa perspectiva de ensino, seja na articulação do trabalho como princípio orientador (sentido ontológico e histórico), seja na superação do dualismo das disciplinas (educação profissional e básica; conhecimentos gerais e específicos).

Desse modo, destacamos os princípios iniciais da EPTNM presentes no art.6º das diretrizes curriculares:

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular; [...] (BRASIL, 2012, p. 3)

Uma vez conhecido o breve apanhado de uma das bases que norteia a educação profissional e técnica de nível médio, abordaremos a seguir as possibilidades de se trabalhar protagonismo e participação social a partir de alguns artigos que intentem direções correspondentes a esses conceitos.

### **Resultados e discussões**

Ao tentarmos associar os conceitos de participação social e protagonismo às diretrizes curriculares, apesar de não visualizarmos no corpo de seu texto a palavra em si, ‘protagonismo’ ou ‘participação social’, identificamos outras denominações que pertencem a seu alcance: cidadania e intervenção social.

Na Resolução CNE/CEB nº 6/2012, em seu art. 5º, que aborda a finalidade, observa-se direção para o saber voltado ao trabalho, mas que envolva construção de reflexão, em que o estudante desenvolva competências para exercer funções e papéis que ultrapassem o meio laborativo e que permita reflexão do papel que ocupa enquanto cidadão:

Art. 5º Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, socio-históricos e culturais. (BRASIL, 2012, p. 2)

O ensino deverá propagar o respeito aos valores nas diferentes esferas da educação, tendo o trabalho como eixo central para desenvolvimento e integração com os demais aspectos da vida do estudante – ciência, tecnologia, cultura –, para construção de saberes que poderão servir como proposta de intervenção no meio em que ocupa.

A indissociabilidade entre teoria e prática de ensino-aprendizagem também é mencionada como proposta para desenvolvimento metodológico em aquisição de saberes, bem como a interdisciplinaridade, que deverá ser implementada de forma articulada e não segregada. Isso permitirá desenvolvimento pleno, no qual identificamos possibilidade de intervenção em sua realidade, conforme incisos IV e VII do art. 6º da Resolução CNE/CEB nº 6/2012:

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

[...]

IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

[...]

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular; (BRASIL, 2012, p. 3)

As diretrizes demonstram bases orientadoras para a viabilização do ensino tecnológico voltado para a perspectiva do trabalho e criticidade para a contribuição coletiva, em que tanto a instituição quanto os docentes inseridos assumem compromissos e preparam o aluno para implementação futura do exercer profissional, bem como da cidadania.

Art. 39 Na formulação e no desenvolvimento de política pública para a Educação Profissional e Tecnológica, o Ministério da Educação, em regime de colaboração com os Conselhos Nacional e Estaduais de Educação e demais órgãos dos respectivos sistemas de ensino, promoverá, periodicamente, a avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, garantida a divulgação dos resultados, com a finalidade de: [...]

IV - zelar pelo cumprimento das responsabilidades sociais das instituições mediante valorização de sua missão, afirmação da autonomia e da identidade institucional, atendimento às demandas socioeconômico-ambientais, promoção dos valores democráticos e respeito à diferença e à diversidade. (BRASIL, 2012, p. 4)

Cabe às instituições de ensino construir processo formativo que oportunize não apenas acesso ao mercado, mas acesso aos conhecimentos e questionamentos de sua lógica circundante. Os profissionais inseridos na oferta desse ensino, devem questionar qual tipo de educação pretendem oferecer e qual sociedade buscam, pois é de acordo com essa intenção de sociedade que estará voltada a atuação enquanto mediador de conhecimentos. Portanto, o protagonismo deve ser oportunizado para todos os sujeitos que contemplem a etapa ensino/aprendizado.

Farias (2016), em seu estudo, destaca a participação ativa e o perfil protagonista; ao mesmo tempo em que envolve posicionamento pessoal, também inclui aspecto coletivo, por contar com a questão da convivência e interações de onde o indivíduo pertença. São nas práticas com intenção emancipatória que podemos pensar numa colaboração para mudanças societárias.

É importante destacar o compromisso em proporcionar diálogos com diversos campos em que os sujeitos estejam inseridos, sendo relevantes para sua formação, e oferecer bases e recursos: bases para compreender a sociedade atual a qual pertencem e na qual atuarão futuramente enquanto profissionais; recursos para exercer a profissão com autonomia, ética e compromisso social-democrático.

Identificamos esses valores nas discussões de Costa (2007) ao trabalhar o protagonismo juvenil. Cabe à educação, como um principal caminho de desenvolvimento justo, não limitar-se à transmissão de conteúdos, e sim permitir a vivência dos valores. Esses valores podem ser apreendidos quando sentidos e quando é trabalhada a decisão e escolha, em que o significado de educar está associado com a criação de espaços que propiciem autonomia.

A formação deve abranger compreensão da realidade e da instrumentalidade do trabalhador, permitindo intervenção na realidade e intenção de mudanças na produção de condições para reconfiguração das relações do trabalho. Encontramos também essa abordagem no documento-base que trata da educação profissional e técnica de nível médio:

Do ponto de vista organizacional, essa relação deve integrar em um mesmo currículo a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais elevadas; a apropriação de conceitos necessários para a intervenção consciente na realidade e a compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. (BRASIL, 2007, p. 47)

Para Costa (2007), a educação deve estar preparada frente às mudanças ocorrentes na sociedade. Menciona o relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors, no qual aponta a respeito da organização da educação mediante quatro grandes eixos: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a

aprender. A partir desses eixos, surgem as quatro competências, que o jovem, para ser autônomo, solidário e competente, deverá desenvolver: Competência Pessoal (aprender a ser), Competência Social (aprender a conviver), Competência Produtiva (aprender a fazer) e Competência Cognitiva (aprender a aprender).

A possibilidade do ensino médio de forma integrada de modo que atenda as dimensões essenciais da vida no processo formativo (trabalho, ciência e cultura) permitirá atender as necessidades sociais, culturais, econômicas e intelectuais dos estudantes. Portanto, vislumbramos nessa modalidade de ensino a perspectiva de formar sujeitos atuantes em sua realidade, no entanto, tal desenvolvimento pleno trata-se ainda de um desafio.

Na abordagem de Müller e Ujiie (2014) ao tratar do protagonismo juvenil, direciona para o desenvolvimento desse protagonismo na escola, na qual existe a necessidade de tirar o aluno da condição de agente para torná-lo ativo. O papel do professor nesse processo também deve ser atingido, transformando sua função de transmissão de conhecimentos para uma atuação de mediação no processo de aprendizagem.

As autoras fazem uma abordagem que compreende como proposta educacional o protagonismo de jovens, tratando como uma alternativa para uma educação que prepare para uma vida social mais atuante e autônoma: “Um contexto educativo que lhes permita desenvolver responsabilidade social, solidariedade, agilidade, criatividade, soluções inovadoras, habilidades estas necessárias tanto à vida pessoal quanto social.” (MÜLLER e UJIIE, 2014, p. 7)

Um ensino que abranja aspectos que trabalhem integração de saberes e desenvolvimento de potencialidades vai de encontro com projetos de poder que historicamente buscam manutenção de seus interesses. Trata-se, portanto, de uma perspectiva futura, onde o Ensino Médio integrado pode ser um dos pontos para esse caminho de mudança, com eixos estruturantes em: trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

### **Considerações finais**

As discussões até aqui trabalhadas representam debates iniciais sobre uma temática direcionada à área da educação – uma das esferas tão desafiadoras do nosso cenário contemporâneo. As reflexões oportunizaram identificar relações presentes entre uma perspectiva conceitual, que direciona para a autonomia, e a representação materializada da proposta de uma modalidade de educação.

Em relação aos conceitos de participação social e protagonismo, identificamos discussões em construção, mas que ao serem associadas ao ensino/aprendizagem, caminham em direção da formação democrática de saberes, cidadania e autonomia dos sujeitos envolvidos. Dentro das diretrizes que norteiam a Educação Profissional e Técnica, refletimos sobre esses conceitos como possibilidades através dessa modalidade de ensino, que apontam para um projeto comprometido com a sociedade e uma articulação a partir de uma formação que forneça subsídios para intervir na realidade de sua localidade.

A educação com perspectiva humana integral, embora possua respaldo legal (o que representa um avanço para todos), é perpassada por desafios históricos em sua implementação, em que todos os atores sociais envolvidos devem assumir papéis que contribuam para sua efetivação. Existe como possibilidade teórica e ético-política.

Deixamos uma reflexão inicial onde limitamo-nos a partir de um texto legislativo, que versa sobre instruções que norteiam a EPTNM, como possibilidade da implementação de uma educação que contemple o aspecto de protagonismo em seus sujeitos como atuantes em esfera social.

Entretanto, não encaramos como única alternativa, e sim uma das possibilidades existentes ao alcance. Serão pertinentes novas abordagens a fim de que identifiquemos outras

direções que intentem objetivos comprometidos com mais sujeitos interventores no desenvolvimento e construção coletiva em diferentes espaços.

### Referências

- ALENCAR, Helenira Fônsaca de. **Participação social e estima de lugar: caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros de Regional III da cidade de Fortaleza pelos mapas efetivos**. 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.Repositorio.ufc.br/handle/riufc/2231>. Acesso em: 18 out. 2018
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 10 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**: Documento base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 10 jul. 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: CNE/CEB, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 jul. 2018.
- CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 83-99, 2012.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil: o que é e como praticá-lo**. Secretaria Municipal de Educação. Duque de Caxias, 2007. Disponível em: <http://smeduqu.edecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diver%20sos/costa-protagonismo.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.
- CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, p. 187-205, 2014.
- FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**. Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 106-125, Set. 2015/Fev. 2016. Disponível em: <http://revistas.usp.br/incid/article/view/101368>. Acesso em: 19 set. 2018.
- FERRETTI, Celso J.; TARTUCE, Gisela Lobo B. P.; ZIBAS, Dagmar M. L. Protagonismo Juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)**, São Paulo, v. 34, p. 411-423, 2004.
- MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP – Revista da Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n.3, p. 551-580, 2008.

MOURA, Abdalaziz de. Aprofundamento do conceito de protagonismo usado pelo Serta. *In:* LOVATO, Antonio; YIRULA, Carolina Prestes; FRANZIM, Raquel (Org.). **Protagonismo: a potência de ação da comunidade escolar**. São Paulo: Ashoka/Alana, 2017.

MÜLLER, Maria Juscélia Sabai; UJIE, Nájela Tavares. Protagonismo juvenil no ensino médio e gestão democrática da escola pública: implicações e possibilidades metodológicas para a prática escolar. *In:* **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Cadernos PDE, União da Vitória, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 19 out. 2018.

PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**. São Paulo: Fundação Santillana Moderna, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará 2008.

SAVIANI, Dermeval *et al.* O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In:* FERRETI, Celso J. et al (org). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 147-164.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.